



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

### ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM PROJETOS URBANÍSTICO/HABITACIONAIS NO BRASIL

Joana Valente Santana<sup>1</sup>  
Leonardo Costa Miranda<sup>2</sup>

**Resumo:** O artigo apresenta resultados parciais da pesquisa “Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil”, baseada na teoria social marxiana. A análise de 15 dissertações de mestrado evidenciou que o autor mais citado é Karl Marx. A principal demanda social são os assentamentos precários; a demanda institucional refere-se ao trabalho técnico social; as requisições profissionais e as respostas profissionais referem-se a mobilização e organização comunitária.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Projetos urbanísticos/habitacionais; Produção acadêmica.

**Abstract:** The article presents partial results of the research "Social work and removal of residents affected by urban projects in Brazil", based on Marxian social theory. The analysis of 15 masters dissertations showed that the most cited author is Karl Marx. The main social demand is the precarious settlements; institutional demand refers to social technical work; professional requisitions and professional responses refer to community mobilization and organization.

**Keyword:** Social Work; Urban / housing projects; Academic production.

### INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa “Serviço Social e remoção de moradores atingidos por projetos urbanísticos no Brasil”<sup>3</sup>, que tem por objetivo evidenciar o trabalho profissional dos assistentes sociais em projetos urbanísticos que envolvem processos de remoção de moradores, verificando as demandas, respostas e estratégias profissionais nesses processos, articuladas ao projeto ético-político da profissão, expressos nos estudos na Área de Serviço Social brasileiro.

Com base no aporte da teoria social de Marx, a metodologia da pesquisa foi realizada mediante levantamento bibliográfico no banco de teses e dissertações da CAPES, no período de 2007 a 2018, nos trabalhos acadêmicos defendidos em Programas de Pós-

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Pará. E-mail: joanavs@terra.com.br.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: joanavs@terra.com.br.

<sup>3</sup> Projeto Financiado pelo CNPq, Bolsa Produtividade em Pesquisa/PQ.

Graduação vinculados à Área de Serviço Social<sup>4</sup>. Para o levantamento, utilizou-se os seguintes descritores “remoções”, “remoções de moradores”, “projetos urbanísticos”, “atuação profissional em projetos urbanísticos” e “indenização”.

A partir desses descritores, o levantamento alcançou 6.644 (seis mil seiscentos e quarenta e quatro) trabalhos<sup>5</sup>, motivo pelo qual utilizou-se como critério de inclusão os trabalhos que apresentassem nos títulos e resumos, os temas da *questão urbana; questão habitacional; processos de remoção e/ou reassentamento/remanejamento; atuação profissional de assistentes sociais em projetos urbanísticos/habitacionais; e indenização de famílias oriundas de intervenções urbanísticas*. Após a leitura dos títulos e dos resumos dos trabalhos que atendiam os citados critérios de inclusão, foram selecionadas 31 (trinta e uma) dissertações e 03 (três) teses, totalizando 34 (trinta e quatro) trabalhos.

Na sequência, os trabalhos foram lidos e tabulados (em planilha) a partir das seguintes variáveis de pesquisa: a) **Identificação do trabalho e identificação territorial:** Título; Autor; Programa de Pós-Graduação da área de Serviço Social no qual o trabalho foi defendido; Ano de defesa; localidade-cidade-bairro; identificação do responsável pela intervenção (prefeitura, governo do estado, governo federal), nome do projeto/programa; b) **Conteúdo teórico-histórico-metodológico:** palavras-chave do trabalho; resumo; orientação teórica; autores mais citados; tipo de pesquisa (bibliográfica, documental, de campo; reconstrução do objeto da pesquisa referente ao processo histórico, questão social/urbana/habitacional e política social/urbana/habitacional; estudo específico sobre remoções; c) **trabalho profissional do assistente social:** vínculo do pesquisador com o lócus da pesquisa; condições éticas e técnicas do trabalho profissional; atuação profissional do assistente social; demandas sociais, demandas institucionais, requisições profissionais e respostas profissionais; relação com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Para efeito deste artigo, será apresentada a síntese da pesquisa em 15 trabalhos (dissertações de metrado) enfocando alguns aspectos acerca da identificação do trabalho, conteúdo teórico-metodológico e algumas discussões sobre o trabalho profissional (demandas sociais, demandas institucionais, requisições profissionais e respostas profissionais na área urbana e habitacional). Para tanto, o artigo está organizado em duas seções. A primeira apresenta uma discussão teórica sobre a produção da cidade capitalista e a segunda sintetiza os resultados parciais da pesquisa acerca da atuação do assistente

---

<sup>4</sup> No filtro da pesquisa, foi indicada como Grande Área de Conhecimento, as Ciências Sociais Aplicadas e como Área de Conhecimento, o Serviço Social.

<sup>5</sup> O número de trabalhos encontrados a partir de cada descritor corresponde a: *remoções*: 6 (seis); *remoções de moradores*: 3.197 (três mil e cento e noventa e sete); *projetos urbanísticos*: 359 (trezentos e cinquenta e nove); *atuação profissional em projetos urbanísticos*: 3.076 (três mil e setenta e seis); *indenização*: 6 (seis) trabalhos.

social em projetos urbanísticos/habitacionais no Brasil na produção da Pós-Graduação do serviço social brasileiro, seguidas das considerações finais.

## 1. DEBATE TEÓRICO SOBRE A CIDADE CAPITALISTA

Autores clássicos e contemporâneos como Marx e Engels (1989), Lefebvre (1999), Lojkin (1997), Harvey (2005), Sposito (2014), entre outros que se voltam para a compreensão da cidade enquanto palco da luta de classes, e seus mais diversos fenômenos, afirmam que é na passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista que ela (a cidade) irá consolidar-se. A Revolução Industrial no século XVIII, na Inglaterra, assume grande protagonismo neste processo, sendo o principal motor para a constituição de cidades que se assentam sob as bases da divisão social e técnica do trabalho.

Toda a dinâmica engendrada pela Revolução Industrial que ocorreu posteriormente afetou profundamente a sociedade e o espaço urbano. A contradição essencial entre o capital e o trabalho irá produzir, neste momento histórico, a ocorrência de uma massa de trabalhadores empobrecidos em uma sociedade que produzia, pela primeira vez, e dialeticamente, a abundância e a escassez, à medida que “no modo de produção capitalista, o processo de produção é socializado [...], muito embora os meios de produção e apropriação do produto sejam privados” (RAMOS, 2008, p. 203).

Neste sentido, Engels, em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (2008) descreve de maneira detalhada a vida extremamente penosa dos trabalhadores, decorrente do trabalho explorado e concentração da base produtiva, bem como da desigual apropriação da riqueza socialmente produzida. As contradições dessa dinâmica refletiram na vida concreta das franjas mais pauperizadas da sociedade. Seguindo a mesma lógica, Lefebvre afirma:

As grandes cidades [...] são habitadas sobretudo por operários [...] que não possuem nada; eles vivem de seu salário, a cada dia; a sociedade, tal qual ela é, lhes deixa o cuidado de suprir suas necessidades e as de sua família; ela não lhes fornece os meios de fazê-lo de uma maneira eficaz e durável (LEFEBVRE, 1999, p. 22).

O urbano, torna-se, assim, produto e condição do modo de produção capitalista, pois ao mesmo tempo em que é resultado de inúmeros processos que advêm dos interesses das classes, é também o meio pelo qual os objetivos burgueses se concretizam, sobretudo

quando está referindo-se ao processo de expansão e acumulação do capital. Sobre isso, Harvey afirma:

A fábrica é um ponto de reunião, enquanto a forma industrial de urbanização pode ser vista como a resposta capitalista específica à necessidade de minimizar o custo e o tempo de movimento sob condições da conexão interindustriais, da divisão social do trabalho e da necessidade de acesso tanto à oferta de mão-de-obra como aos mercados dos consumidores finais (HARVEY, 2005, p. 144).

Corroborando essa posição, Lojkin (1997) afirma que a cidade capitalista possui duas principais características: a primeira, o crescimento dos meios de consumo coletivos, voltados ao atendimento de necessidades que advém da sociedade como um todo e dando forma ao urbano; e a segunda, a condensação dos meios de produção, reunindo capital e força de trabalho em um mesmo espaço.

Sendo assim, a cidade capitalista expressa e reproduz as contradições próprias do sistema capitalista, e por essa razão, será o local em que se pode constatar essas contradições com maior nitidez. Nesta mesma linha de raciocínio, Lefebvre (1999) afirma que “a ordem capitalista gera um caos urbano”. Entretanto, o que, em aparência, é um caos, em essência, corresponde à estrutura, isto é, aos elementos determinantes do modo de ser da ordem burguesa, engendrada pela estrutura de classes que, necessariamente produz a riqueza e a pobreza, e aglomeração dos trabalhadores em busca de trabalho nas cidades.

Assim, no Brasil, a industrialização irá consolidar-se apenas no século XX, de maneira tardia em comparação aos países centrais. Pinto (2018) destaca, no processo histórico da formação social brasileira, a questão da terra como um determinante para a compreensão da desigualdade social e econômica estrutural no país. Primeiramente, com as sesmarias – onde enormes pedaços de terra foram concentrados nas mãos de poucos -, e posteriormente, com a Lei de Terras – uma das primeiras a dispor as normas de propriedade da terra –, onde a classe trabalhadora foi impossibilitada de acessar à terra. Como afirma Pinto:

Ainda que o impacto de crescimento e diversificação de cidades brasileiras tenha se dado no momento da inserção do país no circuito de valorização do capital, priorizando a economia industrial em detrimento da agroexportadora, já na fase monopólica e sob a hegemonia do capital financeiro, a trajetória das cidades no Brasil se inicia antes do processo de industrialização (PINTO, 2018, p. 94).

Cardoso (2018) ao analisar os fundamentos da questão agrária, urbana e ambiental no Brasil, destaca a importância de se considerar a questão da terra e propriedade e assinala:

O desenvolvimento capitalista, considerando-se o processo de reprodução ampliada do capital a partir do que Harvey (2004) denomina como processo de acumulação por espoliação, ocorre sobre uma base estrutural fundada na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza socialmente gerada pelo trabalho, no processo exponencial de valorização do valor, no desenvolvimento contínuo (e predatório) das forças produtivas, na expropriação sempre renovada da terra e

outros meios de vida dos trabalhadores, através da propriedade privada da terra e da natureza, na expropriação de direitos garantidores da reprodução social e sustentados em políticas e recursos públicos, na dominação predatória da natureza, e em diferentes formas de opressão e dominação de gênero e de raça. Assim, o processo de reprodução ampliada do capital ocorre, histórica e espacialmente, sob um movimento também expansivo de suas próprias contradições, notadamente sobre a permanência e aprofundamento de antigas expropriações, a criação de novas formas expropriadoras da vida social e os conflitos e lutas daí decorrentes. (CARDOSO, 2018, p. 50).

Assim, no Brasil, conforme afirma Maricato (2001) no século XX, a população brasileira aumentou significativamente, ao mesmo tempo em que as cidades cresciam aceleradamente. Tais processos culminaram na segregação social, mas também espacial da classe trabalhadora, visivelmente compelidas e destinadas à periferia, lugares empobrecidos da reprodução da força de trabalho.

Por sua vez, o Estado ao condensar as contradições de classe, tem respondido, historicamente, aos interesses das frações de classe dominante. Como afirma Pinto (2004, p. 98):

(...) o papel do Estado vai ser facilmente visualizado na seletividade do investimento público (infra-estrutura, equipamento coletivo, normatização e fiscalização do uso do solo) que encobre o “segredo” da valorização da terra. A intervenção do Estado acaba por estruturar a cidade e ordenar a questão habitacional em favor dos lucros da iniciativa privada. Partimos da constatação de que a questão habitacional, para ser resolvida, nos marcos do sistema capitalista, precisa enfrentar a propriedade privada da terra e os limites do mercado consumidor. Isso nos leva a concluir que a questão habitacional é intrínseca ao sistema e revela a profundidade da questão social no capitalismo.

No contexto da produção do espaço urbano capitalista insere-se o trabalho profissional do/da assistente social, mediado pelas contradições de classes, incidindo em respostas estatais via projetos habitacionais e lutas sociais pelo direito à cidade (SANTANA, 2018). Assim, torna-se importante o estudo da atuação profissional do assistente social na área urbana e habitacional no sentido de apreensão dos fundamentos teórico-metodológicos para intervenção qualificada na vida social em favor da classe trabalhadora.

Portanto, é imprescindível a realização de estudos que busquem compreender a atuação de assistentes sociais na política habitacional pois este profissional também é “reprodutor do espaço através do seu trabalho para atuar nas refrações agrárias, urbanas e ambientais da questão social [...]” (CARDOSO, 2018, p. 62).

## **2. ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM PROJETOS URBANÍSTICOS/HABITACIONAIS NO BRASIL NA PRODUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

Os trabalhos de conclusão analisados (quinze), foram encontrados em todas as regiões do País, em sete Programa de Pós-graduação<sup>6</sup>, com destaque para a UFPA e PUC/RS, que apresentam o maior número de trabalhos no tema em estudo. A maioria das pesquisas realizadas analisaram intervenções profissionais de Assistentes Sociais em programas/projetos habitacionais executados por prefeituras municipais, financiados principalmente pelo *Programa Minha Casa, Minha Vida, Programa de Aceleração de Crescimento e Programa Habitar Brasil/BID*. Registra-se, ainda, a atuação de profissionais em uma empresa terceirizada e em uma organização não governamental, as quais prestam serviços ao poder público.

A pesquisa procurou identificar se os trabalhos científicos fizeram um diálogo com a área de Serviço Social e/ou discutiram a atuação profissional do Assistente Social na Política Urbana e Habitacional. Foi possível identificar que a maioria dos trabalhos (11), faz efetivamente um diálogo com o Serviço Social e com a atuação profissional do assistente social nesta política; 01 discute apenas o Serviço Social (mas não a intervenção profissional) e 02 trabalhos não dialogam com o Serviço social e com a atuação.

Sinteticamente, os trabalhos tratam de: impactos da abertura do Arco Metropolitano sobre a *população removida* do bairro Vila de Cava (Nova Iguaçu) e formas de mobilização política dos moradores de Vila de Cava contra as remoções; atuação do assistente social

---

<sup>6</sup> UFPA/PPG Serviço Social: Rita de Cássia Barbosa dos Santos. “Trabalho social e política habitacional entre concepções e discursos” (2013); Raquel da Silva Amorim. “Processo de Reassentamento no Conjunto Habitacional Nova Vila da Barca em Belém/PA” (2011); Jacqueline Guimarães. “Por uma política de educação ambiental para as cidades amazônicas: uma reflexão para o Serviço Social” (2011). Gizelle Soares de Freitas. “Serviço Social e o projeto ético-político da profissão: dilemas do trabalho profissional nos programas urbano-habitacionais” (2018); Aida Margarida Cardoso Gonçalves Pereira. “Atuação profissional do assistente social e política de habitação na produção acadêmica” (2018).

UFPI/PPG Políticas Públicas. Talita Kelly de Sousa Passos: “O trabalho social em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): Avaliando a operacionalização e os resultados no município de Teresina – Piauí” (2017).

PUC/Rio/PPG Serviço Social. Josiane Aparecida Do Vale. “Serviço Social e atuação profissional no contexto de remoções: analisando o caso da Vila Autódromo” (2017). Mauricio de Oliveira Montojos. “Direito à moradia e o processo de construção do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: o caso das remoções em Vila de Cava, Nova Iguaçu” (2018).

UFJF/PPG Serviço Social. Patricia Teixeira Groppo de Oliveira. “A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social: um recorte nas particularidades do trabalho técnico social no Programa “Minha Casa, Minha Vida” (2013).

UEL/ PPG Serviço Social e Política Social. Eliane Barbosa Santos Pagani. “Programa Minha Casa, Minha Vida em Londrina/PR: Residencial Vista Bela como processo (des)(re)territorializante” (2016).

PUC/RS/PPG Serviço Social. Nilene Maria Nalin. “Os significados da moradia: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre”. (2007); Betina Ahlert. “Casas e seus entornos: o reassentamento com bônus moradia na cidade de Porto Alegre/RS” (2013). Tiana Brum de Jesus. Um dique no meio do caminho: processos de reassentamento e a intersectorialidade das políticas sociais (2014); Andréia Wüsth. “O trabalho social e a política de habitação: desvendando contradições” (2015).

UFTM/ PPG Política Social: Francismary de Amorim Silva. “Política pública de habitação em Cuiabá: o trabalho técnico social no PHBB” (2013).

em *processos de remoção* no Rio de Janeiro, particularmente da Vila Autódromo, impactada pelos eventos esportivos (Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos, de 2016), tomando por base os princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social; operacionalização e *resultados do Trabalho Social* (TS) nos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Teresina, tomando por base as variáveis de implantação, execução, sociabilidade, participação e organização comunitária e inserção social dos moradores; desafios e possibilidades da atuação da equipe técnica e gestores no desenvolvimento do *Trabalho Social*, numa perspectiva emancipatória no município de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, no âmbito do direito à moradia; *processos de reassentamento de moradores* e a intersetorialidade das políticas sociais na comunidade da Vila Dique em Porto Alegre/RS, devido à realização da Copa do Mundo de Futebol, em 2014; dimensão socioeducativa do *trabalho do assistente social* inserido na execução do Programa Minha Casa Minha Vida; Concepção de *Trabalho Social* proposta pelo Ministério das Cidades e implementada pela Companhia de Habitação do Estado do Pará; habitação popular e ações governamentais na Política de Habitação de Interesse Social, mediante análise o *reassentamento de famílias* com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS; dinâmica na vida das famílias que vivenciaram processos de *reassentamento* em um projeto habitacional de interesse social em uma área palafitada localizada na cidade de Belém/PA, denominada Vila da Barca; *trabalho social* em projetos habitacionais e de urbanização, com ênfase na educação ambiental em Belém-PA; significado da moradia a partir das perspectivas dos sujeitos que vivenciaram *processos de reassentamento* em Porto Alegre/RS; *trabalho técnico social*, com vistas participação social e cidadania, na política habitacional municipal, na cidade de Cuiabá, com enfoque ao Programa Habitar Brasil BID-PHBB; contradições na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida em Londrina/PR- Residencial Vista Bela e o *processo de desterritorialização de famílias*; análise da *intervenção do trabalho profissional do Serviço Social em projetos urbano-habitacionais em Belém*, considerando as orientações diferenciadas entre o projeto ético-político da profissão e as demandas governamentais ao exercício profissional nestes projetos; *atuação do profissional de Serviço Social inserido na política de habitação*, a partir da análise da produção acadêmica de estudiosos da questão urbana e habitacional, como forma de evidenciar as demandas institucionais e as respostas desses profissionais na referida área de atuação.

A abordagem teórica dos trabalhos segue a tendência da direção social crítica orientada pela teoria social marxiana, dado que dos 15 trabalhos investigados, 13 indicam o método do materialismo histórico e dialético na interpretação da pesquisa. A indicação do

método de pesquisa é coerente com as referências bibliográficas citadas nos trabalhos, à medida que Karl Marx é o autor mais citado nos trabalhos, conforme quadro 1.

**Quadro 1**  
**Autores mais citados nas referências dos trabalhos**

MARX, Karl	44
MARICATO, Ermínia	39
IAMAMOTO, Marilda	28
BONDUKI, Nabil	26
NETTO, José Paulo	22
SANTOS, Milton	20
LEFEBVRE, Henri	16
GOMES, Maria de Fátima Cabral	14
ROLNIK, Raquel	13
ENGELS, Friedrich	11
HARVEY, David	9
PAZ, Rosângela de Oliveira	8
RIBEIRO, Luiz César de Queiroz	7
SANTANA, Joana Valente	7
AZEVEDO, Sergio	6
DEMO, Pedro	6
LIMA, Antonia Jesuita	5
GOHN, Maria da Glória Marcondes	5
SPOSATI, Aldaísa	5

Fonte: Organizado pelos autores a partir dos dados no Banco de teses e dissertações da Capes, 2019.

Em relação ao tipo de pesquisa, 11 (onze) trabalhos realizaram pesquisa bibliográfica, documental e de campo; 3 (três) realizaram pesquisa bibliográfica e de campo e 01 (um) trabalho foi baseado em revisão sistemática de literatura.

Ao tratar da atuação de Assistentes Sociais, buscou-se identificar, por meio da leitura dos trabalhos, quais são as demandas sociais, demandas institucionais, requisições profissionais e respostas profissionais; além disso, procurou-se identificar se houve algum tipo de estratégia por parte dos profissionais de Serviço Social que atuam na política habitacional/urbana relacionado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social.

A grande maioria das autoras (10) teve algum tipo de vínculo profissional com objeto e *lôcus* da pesquisa, seja na atuação como assistente social em Projetos Técnicos Sociais, seja como estagiárias nos órgãos governamentais, responsáveis pela execução do Trabalho Social em projetos urbano-habitacionais.

As contradições sociais e econômicas presentes na sociedade que demandam a intervenção do Estado, via política urbana e habitacional e que, por sua vez requerem a atuação profissional nessas políticas, sintetizadas como *demandas sociais presentes nos*



*trabalhos investigados* são as seguintes, com seu número de ocorrências respectivo<sup>7</sup>: assentamentos precários (6); relativas ao déficit habitacional (4); precariedade habitacional (2); realização de obras relacionadas aos Jogos Olímpicos/2016 e Copa do Mundo/2014, bem como obras de infraestrutura /urbanização de áreas com problemas de saneamento básico e projeto viário que ocasionaram a remoção de moradores (1); atividades do trabalho social demandado pelo Programa Minha Casa Minha Vida (1).

Os trabalhos investigados demonstraram as seguintes *demandas institucionais* ao trabalho profissional do Assistente Social, com o número de ocorrências respectivo: atividades referentes ao Trabalho Técnico Social (9); acompanhamento social pós-remoção (3); cadastro de famílias a serem removidas e/ou atendidas (2), reunião com famílias para repasse das informações aos moradores sobre o projeto urbanístico/habitacional (2).

Os trabalhos investigados demonstraram as seguintes *requisições profissionais ao Assistente Social* com o número de ocorrências respectivo: mobilização e organização comunitária (8); geração de trabalho e renda (6), educação sanitária e ambiental (4); reuniões com moradores para explicação sobre o Trabalho Técnico Social e/ou remoções de moradores (4); visita domiciliar para averiguar as demandas das famílias reassentadas ou atendidas pelo projeto governamental (3); plantão social (3); cadastramento socioeconômico das famílias (2); gestão e acompanhamento/ implantação da gestão do condomínio (2); encaminhamento para a rede de serviços (2); convencimento dos moradores para que deixassem suas casas (1); organização do processo de formação das associações de moradores (1); noções de educação financeira (1); acolhimento institucional; exigência da assinatura de um “Termo de Adesão” (1).

Em relação às *respostas profissionais*, a pesquisa identificou como principais atividades, com o número de ocorrências respectivo: mobilização e organização comunitária (apoio à formação de lideranças comunitárias) (5); articulação entre a política habitacional e as demais políticas sociais, especialmente as políticas sócio assistenciais (5); visitas domiciliares (5); plantão social (5) (levantamento de demandas sociais); atividades de capacitação profissional para geração de renda (3); atividades acerca da educação ambiental (2) (plantio de árvores frutíferas e flores ornamentais); levantamento socioeconômico das famílias (3); reuniões com as famílias para apresentação do projeto arquitetônico (contrato, a distribuição de moradias, novo local pós-reassentamento (2); elaboração de materiais atividades socioeducativas com crianças (2); realização de seminário com a participação de representantes governamentais para apresentação de

---

<sup>7</sup> As demandas sociais, demandas institucionais, requisições profissionais e resposta profissionais apresentadas são as que apareceram, na pesquisa, por ordem decrescente de frequência. Cabe registrar que na sequência da pesquisa os dados quantitativos apresentados serão melhores tratados e analisados.

demandas sociais dos moradores e (1); elaboração de relatórios sociais (1). Também foram encontradas na pesquisa, como atividades profissionais a realização de oficinas e palestras sobre variados temas (cuidado com o patrimônio; cuidados para com os animais, saúde preventiva, combate à violência contra a mulher, alimentação saudável, medidas preventivas de segurança, educação patrimonial, gestão condominial, noções de educação financeira).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As demandas sociais, demandas institucionais, requisições profissionais e as respostas profissionais do Serviço Social na questão urbana e habitacional no Brasil acompanharam a movimentação histórica do processo de acumulação do capital, a atuação do Estado, as lutas políticas dos movimentos sociais pelo direito à cidade, “bem como as concepções teórico-metodológicas que orientaram o fazer profissional nos diferentes momentos históricos” (SANTANA, 2018, p. 23).

Reafirma-se, então, uma concepção de espaço sócio-ocupacional da profissão, configurado no contexto sócio-histórico, envolvendo: as demandas sociais, as demandas institucionais, as requisições profissionais e as respostas profissionais (...) Parte-se do entendimento de que o Serviço Social se afirma como parte integrante do aparato institucional estatal ou privado, constituindo um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia, para legitimação de seu poder de classe, no cenário contraditório em que se movem as classes sociais antagônicas. Os profissionais são assalariados e participam da criação de condições favorecedoras da reprodução da força de trabalho, por meio da mediação dos serviços assistenciais, os quais constituem o suporte material do exercício profissional (PRÉDES TRINDADE, 2015, p. 123-1244).

Os dados levantados na produção acadêmica do Serviço Social brasileiro acerca da atuação profissional do Assistente Social em projetos urbanísticos e habitacionais demonstram que o profissional está inserido nas contradições sociais, que demandam a atuação profissional no sentido de minimizar as expressões da questão social, na área habitacional. No campo da correção de forças, as respostas profissionais têm se orientado em uma perspectiva de defesa de direitos sociais em favor da classe trabalhadora. No campo da interpretação teórico-metodológica, a pesquisa demonstrou que a área de Serviço Social está orientada predominantemente pela perspectiva do método do materialismo histórico e dialético da teoria social marxiana, o que expressa a direção dessa teoria na formação profissional do Serviço Social.

Este estudo, embora preliminar, indica a importância de se avançar no estudo das mediações entre a referida orientação teórico-metodológica e o cotidiano profissional do assistente social na área urbana. Como afirma Cardoso (2018, p. 48-49).

É necessário ao Serviço Social investigar e conhecer as diferentes formas de apropriação, uso e ocupação da terra, suas tradições e histórias de conflito e resistência, nas diversas regiões e nos distintos lugares onde a vida cotidiana da classe trabalhadora, ou de forma mais ampla, dos subalternos, se processa a partir do tempo e das necessidades do trabalho, da cultura, das relações familiares e de outras formas de pertencimento social, da moradia, do prazer, das formas de relação com a natureza. Esse conhecimento advém de uma elaboração teórica que não se autonomiza do cotidiano da intervenção profissional, o que implica que o assistente social deve estar presente nesse cotidiano da vida da classe trabalhadora, nos espaços onde ele se processa, muito além dos lugares físicos dos equipamentos das políticas sociais, reconhecendo, assim, que a terra onde habitam os homens e as mulheres simples da vida cotidiana (Martins, 2000) (e muitos também trabalham na terra onde moram) não é uma “coisa”, mas é meio de vida, metabolismo da vida (o que inclui a natureza) mediado pelas relações sociais. As formas de propriedade constituem uma dessas mediações. É isso, é essa práxis, que torna efetiva a categoria do espaço e o conceito de território, ou melhor, é isso que de fato importa metodologicamente em ambos. E o Serviço Social precisa estar no território, produzindo o território como profissional, de forma mediada pela materialidade das políticas sociais e as políticas urbanas, como a habitação e o saneamento, bem como pela intencionalidade de seus compromissos profissionais do ponto de vista ético e político, para também produzir conhecimento sobre os “territórios de vida” a partir das suas determinações concretas e de uma forma compromissada com a superação das práticas sócioespaciais de dominação dos subalternos e do controle disciplinador da vida cotidiana.

No atual contexto de crise social e econômica, avanço do pensamento conservador, destituição dos direitos sociais dos trabalhadores, torna-se importante que as pesquisas avancem na busca dos fundamentos relativos à questão urbana, agrária e ambiental – baseados na perspectiva teórico-metodológica marxiana - como forma de contribuir com o trabalho profissional do assistente social na área urbana e habitacional.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, Joana Valente (Org.) **Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas**. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOKJINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. In: FERNANDES, Florestan (Org.). **Marx e Engels**. São Paulo: Ática, 1989.

PINTO, Marina Barbosa. Captura do direito de morar pelo capital e as exigências ao Serviço Social. In: SANTANA, Joana Valente (Org.) **Habitação e Serviço Social**: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. 1. ed. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.

\_\_\_\_\_. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 4 e 5, n. especial, 2004, jan-dez.

PRÉDES TRINDADE, Rosa Lúcia. Tendências do mercado de trabalho do serviço social: descobertas e inquietações a partir da realidade de Alagoas (1988 a 2010). In: \_\_\_\_\_; LINS, Maia Alcina Terto (Orgs.). **Assistente Social**: trabalhador/a assalariado/a. Fundamentos teóricos e históricos para a análise crítica. Maceió: EDUFAL, 2015.

RAMOS, M. H. R.; Habitação, um meio de reprodução social. In: M<sup>a</sup> de Fatima Cabral M. Gomes, Lenise Lima Fernandes, Rosemere Santos Maia. (Org.). **Interloquções Urbanas**: cenário, enredo e atores. 01ed. Rio de Janeiro: Arco Iris, 2008, v. 01, p. 197-216.

SANTANA, Joana Valente (Org.). **Habitação e Serviço Social**. Campinas: Papel Social, 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2014.